



Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
J.B. World Entretenimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da J.B. World Entretenimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Ltda. Rodovia José Carlos Daux (SC-401), 4120, Sala
302, Primavera Office, Florianópolis, SC, Brasil,
88052-401 T: +55 (11) 4004-8000



J.B. World Entretenimentos S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou



J.B. World Entretenimentos S.A.

condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 8 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7



Balanco patrimonial
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	63.005	129.207	Fornecedores	12	12.636	12.938
Aplicações Financeiras	6	8.965	-	Obrigações trabalhistas	16	32.340	27.852
Contas a receber	7	95.265	92.151	Obrigações tributárias	15	25.602	13.502
Adiantamentos concedidos	8	33.997	13.793	Empréstimos e financiamentos	13	13.939	12.487
Outros Ativos		1.511	2.065	Arrendamento	14	7.935	-
Estoques	9	32.554	30.736	Dividendos	22	162.973	335.412
Total Ativo Circulante		235.297	267.952	Mútuo - Partes Relacionadas	19	16.000	32.000
				Adiantamento Clientes	17	33.109	32.152
Aplicações Financeiras	6	14.868	-	Royalties a Pagar	18	10.955	9.379
Contas a receber	7	980	1.477	Outras obrigações		2.467	1.440
Depósitos judiciais		2.737	3.039	Total Passivo Circulante		317.956	477.161
Tributos diferidos		66	66	Empréstimos e financiamentos	13	29.681	13.715
Bens mantidos para venda		-	64	Arrendamento	14	43.173	-
Imobilizado	10	772.960	574.962	Obrigações tributárias	15	19.393	18.875
Intangível	11	41.812	29.181	Provisão para contingências	20	1.740	-
Total Ativo Não Circulante		833.423	608.788	Passivo fiscal diferido	21	40.846	38.502
				Contratos Publicidade	17	1.103	1.196
				Royalties a Pagar	18	25.497	22.829
				Total do Passivo Não Circulante		161.434	95.117
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	22	507.143	71.770
				Reserva de capital		289	289
				Reserva de lucros		22.563	115.030
				Ajuste de avaliação patrimonial		59.335	117.373
				Total do Patrimônio Líquido		589.331	304.462
Total ativo		1.068.721	876.740	Total Passivo e Patrimônio Líquido		1.068.721	876.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do exercício
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	23	602.971	547.210
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	24	(226.266)	(183.319)
Lucro bruto		<u>376.705</u>	<u>363.891</u>
Despesas comerciais	24	(76.143)	(65.558)
Despesas administrativas	24	(79.704)	(66.189)
Despesas tributárias		(10.789)	(7.087)
Outras receitas e despesas operacionais		1.074	1.919
		<u>(165.562)</u>	<u>(136.915)</u>
Lucro antes dos efeitos financeiros		<u>211.143</u>	<u>226.976</u>
Receitas financeiras	25	21.858	13.249
Despesas financeiras	25	(19.768)	(26.152)
		<u>2.090</u>	<u>(12.903)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>213.234</u>	<u>214.073</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(46.694)	(3.680)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(2.344)	(2.059)
Lucro líquido do exercício		<u><u>164.196</u></u>	<u><u>208.334</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de resultados abrangentes
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado do exercício	164.196	208.334
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	9.513	(23.834)
Resultado abrangente total	<u>173.708</u>	<u>184.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos à disposição	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2023		71.770	289	14.354		45.014		-	131.427
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-		24.998	-	(24.998)	-
Realização ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-		(1.763)	-	1.763	-
Realização tributos diferidos e ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-		600	-	(600)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-		-	-	208.334	208.334
Resultado Abrangente Total							-	184.500	184.500
Destinações do lucro líquido do exercício:									
Dividendos mínimos propostos	22	-	-	-		-	-	(52.083)	(52.083)
Dividendos adicionais-propostos	22	-	-	-	149.201	-	-	(149.201)	-
IR e CS diferidos na reavaliação propriedades para investimento		-	-	-		-	-	25.485	25.485
IR e CS a pagar sobre períodos anteriores		-	-	-		-	-	(3.416)	(3.416)
Atualização taxa cambial contrato parceria 2023		-	-	-		-	-	(5.285)	(5.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		71.770	289	14.354	149.201	68.848	-	-	304.462
Realização ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-		(1.535)	-	1.535	-
Realização tributos diferidos e ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-		(7.977)	-	7.977	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-		-	-	164.196	164.196
Resultado Abrangente Total							149.201	173.708	322.909
Destinações do lucro líquido do exercício:									
Aumento de capital através de reserva de lucro		149.201	-	-	(149.201)	-	-	-	-
Aumento de capital através de dividendos		286.172	-	-	-	-	-	-	286.172
Constituição de Reserva		-	-	8.210		-	-	(8.210)	-
Dividendos propostos	22	-	-	-		-	-	(38.997)	(38.997)
Dividendos adicionais propostos	22	-	-	-		-	-	(126.501)	(126.501)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		507.143	289	22.564	-	59.336	-	-	589.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do fluxo de caixa
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	164.196	208.334
Ajustes para:		
Depreciação	24.164	20.086
Amortização	7.112	6.982
Baixas ativo imobilizado	67	552
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.344	2.059
Provisão Imposto de renda e contribuição social corrente	46.694	3.680
Provisão para contingências	1.740	(10)
Juros sobre empréstimos	3.345	3.184
	249.662	244.866
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(2.617)	(9.683)
Estoques	(1.818)	(12.055)
Impostos a recuperar	1.061	(698)
Despesas antecipadas	(451)	(743)
Adiantamentos concedidos	(20.261)	15.384
Depósitos judiciais	302	(2.797)
	(23.784)	(10.592)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(302)	458
Obrigações tributárias	(1.679)	(7.052)
Imposto de renda e contribuição social	(32.397)	(5.387)
Obrigações trabalhistas	4.489	1.938
Outras obrigações	6.134	(8.806)
	(23.754)	(18.849)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	202.124	215.425
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	(171.165)	(109.976)
Adições do intangível	(19.637)	(176)
Aplicação financeira	(23.833)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(214.635)	(110.152)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação/(Pagamento) de Empréstimos e Financiamentos	14.075	(13.967)
Dividendos pagos	(51.766)	(49.843)
Mútuo	(16.000)	(15.000)
Caixa líquido (usado nas) provenientes de atividades de financiamentos	(53.690)	(78.810)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(66.201)	26.463
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	129.206	102.743
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	63.005	129.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Milhares de reais)

1 Contexto operacional

A J.B. World Entretenimentos S.A., constituída sob essa denominação em 13 de agosto de 1998, iniciou suas operações em 14 de janeiro de 1992. A Companhia atua no Brasil, tendo por objeto social a exploração do ramo negócios de produções artísticas em geral, de parques de diversão, vendas de A&B, vendas de souvenir e outros serviços de entretenimento.

1.1 Eventos relevantes do exercício

Durante o exercício de 2025, a Companhia alterou o seu regime tributário, passando do regime de apuração com base no lucro real para o regime de lucro presumido.

Essa mudança foi efetuada em conformidade com a legislação tributária vigente e reflete o melhor enquadramento das operações da Companhia, considerando seu porte, volume de receitas e estrutura operacional.

Em decorrência da alteração do regime tributário, a apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido passou a ser realizada com base na aplicação de percentuais de presunção sobre a receita bruta, conforme previsto na legislação aplicável.

A Administração avaliou os impactos dessa mudança e entende que o novo regime está adequadamente refletido nas demonstrações contábeis do exercício.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional (Real) à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.



Venda de passaportes

A receita com venda de passaportes é reconhecida quando do acesso do visitante ao parque, pelo sistema de emissão de passaportes e os registros de acesso nas catracas, ou mediante o prazo de expiração do passaporte, sem a sua respectiva utilização.

Venda de patrocínio

A receita decorrente da concessão da exclusividade de patrocínio é reconhecida no resultado do exercício de modo linear com base na fruição dos prazos dos contratos.

Venda de alimentação, bebida e souvenir

As receitas recorrentes da venda de mercadorias são reconhecidas no momento da venda via NFC-e (nota fiscal de consumidor eletrônica).

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimento de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivados estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são investimentos de risco baixo demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço.

- Contas a receber

Os contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelos produtos vendidos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Na prática, os contas a receber são reconhecidos pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Quando aplicável, os contas a receber, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa individual aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos os outros passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

- Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Estão demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, diminuído dos pagamentos efetuados, o que reflete o seu valor justo.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, reavaliados em 2010 (*deemed cost*) nos termos do ICPC 10 e CPC 27, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Vida útil estimada dos bens
Prédios e benfeitorias	2,22% a 3,33%	30 a 45 anos
Máquinas e equipamentos	5,00% a 20,00%	5 a 20 anos
Brinquedos	3,33% a 5,00%	20 a 30 anos
Outras imobilizações	1,25% a 50,00%	2 a 80 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Intangíveis

i. **Software**

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software.

ii. **DreamWork's**

Trata-se de aquisição de direito de uso de Propriedade Intelectual da marca DreamWork's e personagens associados cuja vida útil é de dez anos, de acordo com a fruição dos prazos previstos em contrato. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

iii. **Mattel Europa BV**

Trata-se de aquisição de direito de uso de Propriedade Intelectual da marca Hot Wheels e personagens associados cuja vida útil é de dez anos, de acordo com a fruição dos prazos previstos em contrato. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

iv. **Hasbro International INC**

Trata-se de aquisição de direito de uso de Propriedade Intelectual da marca Nerf e personagens associados cuja vida útil é de dez anos, de acordo com a fruição dos prazos previstos em contrato. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.



v. Romero Britto

Trata-se de aquisição de direito de uso de Propriedade Intelectual da marca Romero Britto e personagens associados cuja vida útil é de dez anos, de acordo com a fruição dos prazos previstos em contrato. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

vi. Paramount

Trata-se de aquisição de direito de uso de Propriedade Intelectual da marca Paramount e personagens associados cuja vida útil é de dez anos, de acordo com a fruição dos prazos previstos em contrato. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

vii. Galinha Pintadinha

Trata-se de aquisição de direito de uso de Propriedade Intelectual da marca Galinha Pintadinha e personagens associados cuja vida útil é de dez anos, de acordo com a fruição dos prazos previstos em contrato. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

viii. Aeroporto

Trata-se de direito de uso e exploração de infraestrutura aeroportuária, decorrente de contrato de concessão firmado, pelo prazo de quinze anos, conforme condições previstas contratualmente. O ativo é mensurado pelo custo, compreendendo valores de outorga e investimentos vinculados a concessão, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é reconhecida de forma linear ao longo prazo de vigência do contrato.

ix. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

x. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outros valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente é a seguinte: Software – 5 anos, Dream Work's, Mattel Europa BV, Hasbro International INC, Romero Britto, Paramount e Galinha Pintadinha – 10 anos e Aeroporto – 15 anos.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias.

h. Redução do valor recuperável

i. Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros:

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre atualização de parcelamento de tributos e outras despesas com tarifas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são apurados com base no regime de lucro presumido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 60.000 por trimestre, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, aplicadas sobre a base de cálculo presumida, determinada mediante a aplicação dos percentuais definidos na legislação vigente sobre a receita bruta auferida no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.



O imposto corrente corresponde ao valor a pagar ou a recuperar sobre a base de cálculo tributável do exercício, incluindo eventuais ajustes de exercícios anteriores. É reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, conforme o caso, e mensurado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Administração.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

I. Tratamentos de Imposto sobre a Renda (ICPC 22)

Na mensuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), inclusive em relação a tributos diferidos e temas tributários complexos que demandem julgamento da administração, a empresa adota os critérios previstos na legislação tributária vigente e nas normas contábeis aplicáveis, conforme requerido pelo ICPC 22. Os temas tributários que demandam julgamento envolvem estimativas e são avaliadas pela administração com base em análises internas e em pareceres de assessores jurídicos e tributários especializados e são devidamente reconhecidas no balanço e no resultado no período em que se tornarem aplicáveis. A Administração entende, conforme suportado por pareceres de assessores especializados, que o tratamento fiscal adotado é adequado à luz da legislação tributária vigente, considerando os fatos e circunstâncias conhecidos na data das demonstrações financeiras.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 08 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas Milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamento

i. Principais premissas e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas nº 10 – imobilizado, nº 11 – intangível e nº 18 – provisão para contingências.

ii. Depreciação de ativos imobilizados

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iii. Impairment de ativos de vida útil longa

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto as propriedades para investimento, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

iv. Provisão para contingências

A Companhia constitui provisão quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser estimado. Logo a Companhia, precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, decorre de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia somente trabalha com instituições de primeira linha. Para as contas a receber, o risco é baixo, haja vista que as principais transações são com operadoras de cartões de crédito e partes relacionadas.

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.



Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de mercado: é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	2025	2024
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras liquidez imediata	68.644	114.815
Empréstimos e financiamentos	43.620	26.202
Arrendamentos	51.108	-
Royalties a Pagar	36.452	32.208

Risco operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais, como segue:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; cumprimento de exigências regulatórias e legais; documentação de controles e procedimentos; exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas; desenvolvimento de planos de contingência; treinamento e desenvolvimento profissional; padrões éticos e comerciais; mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.



b. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	71.970	71.970	129.207	129.207
Contas a receber	96.245	96.245	93.628	93.628
Empréstimos e financiamentos	94.729	94.729	26.202	26.202
Fornecedores	12.636	12.636	12.938	12.938
Outras obrigações	73.131	73.131	66.994	66.994

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras vinculadas – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber, fornecedores e outras obrigações – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possuem liquidez imediata.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de remuneração das aplicações foi de aproximadamente 119% do CDI, correspondendo a uma taxa efetiva média de 16,35% a.a. Em 31 de dezembro de 2024 a taxa foi de 67% do CDI, equivalente a 7,29% a.a.

	2025	2024
Caixa	356	454
Caixa em moeda estrangeira	211	95
Banco conta movimento	2.759	13.844
Aplicações financeiras de liquidez imediata	59.679	114.814
	63.005	129.207

6 Aplicações Financeiras

Em atendimento ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia revisou a classificação de determinadas aplicações financeiras.

Os fundos de investimento Maxwell e Galileo, mantidos junto ao Banco Safra, não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa, em função de prazo original superior a três meses e por não serem mantidos para gestão imediata de caixa, sendo reclassificados para aplicações financeiras de curto prazo.

Adicionalmente, o CDB mantido no Banco Bradesco encontra-se vinculado como garantia a financiamento junto ao BADESC, estando sujeito a restrição de uso até a liquidação da obrigação, sendo reclassificado para o ativo não circulante como aplicação financeira restrita.

Em decorrência, foram reclassificados aproximadamente R\$ 23 milhões anteriormente apresentados como caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Maxwell e Galileo	8.965	-
CDB Garantia (BADESC)	14.868	-
	23.833	-

7 Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Duplicatas a receber	3.938	3.918
Clientes publicidade (a)	1.460	3.781
Cartão de crédito	90.847	85.929
	96.245	93.628
Circulante	95.265	92.151
Não circulante	980	1.477
	96.245	93.628

Em 31 de dezembro de 2025, a composição de duplicatas a receber referente a canais de venda a fechar por expectativa de recebimento, é demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	%	<u>2024</u>	%
A vencer	90.847	93%	85.929	91%
Até 30 dias	3.161	3%	2.983	3%
De 31 a 60 dias	300	1%	172	1%
De 61 a 90 dias	287	14%	233	1%
Acima de 90 dias	1.649	13%	4.310	4%
	96.245		93.628	



(a) Clientes publicidade

Refere-se especificamente aos valores a receber decorrentes de contratos de veiculação e prestação de serviços publicitários, reconhecidos conforme as condições contratuais estabelecidas com os clientes.

Cliente	2025	2024
Marisol	-	1.977
Fini	1.260	106
Ambev	-	1.298
Neugebauer	200	400
	1.460	3.781
Circulante	480	2.304
Não circulante	980	1.477
	1.460	3.781

8 Adiantamentos concedidos

	2025	2024
Adiantamento de viagens	34	49
Adiantamento a funcionários	472	335
Adiantamento a fornecedores (a)	33.469	13.409
Outros Adiantamentos	22	-
	33.997	13.793

(a) Adiantamentos a fornecedores

Correspondem aos valores provenientes das operações do parque, prestadores de serviços, entre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi observada uma variação relevante nessa rubrica, decorrente principalmente de adiantamentos efetuados a fornecedores estrangeiros vinculados a aquisição de dois novos brinquedos para área temática do Bob Esponja, cujos serviços e fornecimentos serão realizados em períodos subsequentes.

9 Estoques

	2025	2024
Estoque de mercadorias para uso e consumo	18.925	18.701
Estoque de mercadorias para revenda	13.582	12.035
Estoques em transferência	47	-
	32.554	30.736

10 Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias em terrenos	Esculturas	Prédios e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Brinquedos	Equipamentos de informática	Equipamentos de áudio e vídeo	Móveis e utensílios	Instrumentos musicais	Veículos	Tendas circenses	Animais	Obras de Arte	Obras em andamento	Direito de Uso - Veículos	Total
Custo																		
Saldo em 31/12/2023	42.841	32.438	3.368	229.563	3.199	13.815	153.016	10.985	14.230	7.357	34	23.956	2.011	692	305	22.219	-	560.029
Adições	1052	-	-	-	-	3.286	1.294	767	2.009	5.725	-	8.024	-	720	-	87.097	-	109.974
Baixas	(90)	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(623)	-	(24)	-	(738)
Transferências	74.955	25.045	-	19.004	882	661	15.748	280	1.478	87	-	19	-	-	-	(63.372)	-	74.787
Saldo em 31/12/2024	118.758	57.483	3.368	248.567	4.081	17.761	170.058	12.032	17.717	13.169	34	31.999	2.011	789	305	45.920	-	744.052
Adições	-	1	-	10	126	2.595	396	1.076	1.004	2.614	-	363	25	170	-	163.527	47.847	219.754
Baixas	-	(76)	(53)	(87)	-	(170)	(280)	(2.977)	(1.961)	(219)	(6)	(96)	-	(327)	-	-	-	(6.252)
Transferências	-	891	-	37.134	4.058	3.017	46.811	1.312	2.684	2.129	-	(30)	-	-	-	(98.006)	-	-
Saldo em 31/12/2025	118.758	58.299	3.315	285.624	8.265	23.203	216.985	11.443	19.444	17.693	28	32.236	2.036	632	305	111.441	47.847	957.554
Depreciação																		
Saldo em 31/12/2023	-	(9.253)	(2.329)	(43.777)	(1.363)	(6.185)	(59.257)	(5.608)	(8.963)	(3.592)	(22)	(7.480)	(1.048)	(315)	-	-	-	149.192
Depreciação	-	(1.821)	(41)	(5.763)	(141)	(1.100)	(5.433)	(1.610)	(1.284)	(615)	(1)	(2.191)	(47)	150	-	-	-	(19.897)
Saldo em 31/12/2024	-	(11.074)	(2.370)	(49.540)	(1.504)	(7.285)	(64.690)	(7.218)	(10.247)	(4.207)	(23)	(9.671)	(1.095)	(165)	-	-	-	(169.089)
Depreciação	-	(1.861)	13	(7.019)	(228)	(1.350)	(6.022)	1.051	372	(1.078)	5	(2.246)	(47)	91	-	-	2.814	(15.505)
Saldo em 31/12/2025	-	(12.935)	(2.356)	(56.559)	(1.732)	(8.635)	(70.712)	(6.167)	(9.876)	(5.285)	(18)	(11.917)	(1.142)	(74)	-	-	2.814	(184.594)
Valor contábil líquido																		
Saldo em 31/12/2024	118.758	46.409	998	199.027	2.577	10.476	105.368	4.814	7.469	8.962	11	22.328	916	624	305	45.920	-	574.962
Saldo em 31/12/2025	118.758	45.364	959	229.065	6.533	14.568	146.273	5.276	9.568	12.408	10	20.319	894	559	305	111.441	50.661	772.961

Os bens são revisados, no mínimo, em bases anuais, para identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*).

A Companhia periodicamente analisa a vida útil econômica estimada do seu imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual de seus bens.

11 Intangível

	Softwares	Marcas e patentes	Dream Work's	Mattel	Hasbro	Direitos fonográficos	Romero Britto	Paramount	Galinha Pintadinha	Aeroporto	Intang. em andamento	Total
Custo												
Saldo em 31/12/2023	5.225	170	39.000	3.933	9.892	420	2.078	8.637	-	-	-	69.355
Adições	176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169
Saldo em 31/12/2024	5.571	170	39.000	3.933	9.892	420	2.078	8.637	-	-	-	69.701
Adições	1.002	-	-	-	-	-	-	-	1.892	14.206	2.537	19.637
Baixas	(2)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	6.571	167	39.000	3.933	9.892	420	2.078	8.637	1.892	14.206	2.537	89.333
Depreciação												
Saldo em 31/12/2023	(2.814)	-	(27.300)	(2.491)	(165)	-	(625)	(144)	-	-	-	(33.539)
Depreciação	(633)	-	(3.900)	(393)	(989)	-	(203)	(864)	-	-	-	(6.982)
Saldo em 31/12/2024	(3.447)	-	(31.200)	(2.884)	(1.154)	-	(828)	(1.008)	-	-	-	(40.521)
Depreciação	(470)	-	(3.900)	(393)	(989)	-	(203)	(864)	(16)	(166)	-	(7.001)
Saldo em 31/12/2025	(3.917)	-	(35.100)	(3.277)	(2.143)	-	(1.031)	(1.872)	(16)	(166)	-	(47.522)
Valor contábil líquido												
Saldo em 31/12/2024	2.124	170	7.800	1.049	8.739	420	1.250	7.629	-	-	-	29.181
Saldo em 31/12/2025	2.654	167	3.900	657	7.749	420	1.047	6.765	1.876	14.040	2.537	41.813

12 Fornecedores

A conta de fornecedores refere-se às obrigações da Companhia junto a fornecedores de bens e serviços utilizados em suas atividades operacionais.

Os saldos estão registrados pelos valores originais das notas fiscais e possuem vencimento no curto prazo.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores Nacionais	12.186	12.097
Fornecedores Internacionais	450	841
	<u>12.636</u>	<u>12.938</u>

13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos referem-se a recursos captados junto a instituições financeiras e outras entidades, destinados principalmente ao financiamento das atividades operacionais da Companhia, incluindo capital de giro, aquisição de bens e investimentos em infraestrutura.

Essas operações são contratadas em condições usuais de mercado, com incidência de encargos financeiros calculados com base em taxas de juros pré-fixadas e/ou pós-fixadas, indexadas a indicadores como CDI, IPCA, INPC ou outras taxas aplicáveis, acrescidas de spread conforme estabelecido contratualmente.

Modalidade	Garantia	2025			2024		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	(a)	10.445	6.216	16.661	12.487	13.715	26.202
BADESC	(b)	1.830	11.819	13.649			
BRDE	(c)	1.664	11.647	13.310			
		<u>13.939</u>	<u>29.681</u>	<u>43.620</u>	<u>12.487</u>	<u>13.715</u>	<u>26.202</u>

Movimentações

Empréstimo	Ano	Saldo Inicial	Captações	Juros Incorridos	Pagamento Principal	Saldo Final
BNDES	2024	33.814	1.733	2.961	(12.307)	26.202
	2025	26.202	-	2.051	(11.592)	16.661
BADESC	2024	-	-	-	-	-
	2025	-	13.594	1.154	(1.099)	13.649
BRDE	2024	-	-	-	-	-
	2025	-	13.300	11	-	13.311



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em até 1 ano	13.939	12.487
De 1 a 5 anos	29.681	13.715
	<u>43.620</u>	<u>26.202</u>

- (a) Garantia por meio de alienação fiduciária de terreno, objeto da matrícula nº 39.645, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Balneário Piçarras/SC.
- (b) Garantia por aval dos avalistas Alexandre Von Janke Murad e Itel Janke Murad, bem como a cessão fiduciária de recebíveis, conforme previsto contratualmente, permanecendo tais garantias vigentes até a liquidação integral da operação.
- (c) Garantia por meio de alienação fiduciária de terreno, objeto da matrícula nº 31.094, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Balneário Piçarras/SC, bem como aval dos avalistas Itel Janke Murad, Kelly Von Janke Murad e Alexandre Von Janke Murad.

14 Arrendamento

A Companhia possui contrato de arrendamento mercantil financeiro referente a helicóptero utilizado no curso normal de suas operações.

De acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, os contratos são reconhecidos no ativo como direito de uso e no passivo como obrigação de arrendamento, pelo valor presente das contraprestações futuras, descontadas pela taxa implícita no contrato ou, quando não disponível, pela taxa incremental de financiamento da Companhia.

As contraprestações são atualizadas conforme as condições definidas em contrato, com incidência de encargos financeiros, e são liquidadas em parcelas mensais ao longo do prazo do arrendamento.

Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, durante o prazo dos contratos.

Ao término do contrato, a Companhia possui opção de compra do referido helicóptero, conforme condições estabelecidas contratualmente.

Modalidade	<u>2025</u>			<u>2024</u>		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamento	9.191	45.956	55.147	-	-	-
Encargos	(1.256)	(2.782)	(4.038)	-	-	-
	<u>7.935</u>	<u>43.174</u>	<u>51.109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

15 Obrigações tributárias

Obrigações tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ISS a recolher	1.293	1.302
ICMS a recolher	2.396	1.239
PIS a recolher	392	13
COFINS a recolher	1.808	75
IRRF a recolher	20	10
REFIS a recolher (a)	23.725	28.775
Imposto de Renda e Contribuição Social (b)	15.151	854
Outros impostos	210	109
	<u>44.996</u>	<u>32.377</u>
Circulante	25.603	13.502
Não circulante	19.393	18.875

- (a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis em 27 de março de 2000, declarando tributos e encargos à Secretaria da Receita Federal e ao INSS, aceitando todos os ônus e vantagens outorgados por esse programa.

Durante o exercício o saldo do parcelamento obteve a seguinte movimentação:

	Principal	Juros (TJLP)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.541	22.998	36.539
Juros incorridos	-	(827)	(827)
Amortização do principal e juros	(3.142)	(3.796)	(6.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.399	18.375	28.775
Juros incorridos	-	791	791
Amortização do principal e juros	(2.085)	(3.756)	(5.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>8.314</u>	<u>15.410</u>	<u>23.725</u>

- (b) A variação nos saldos de imposto de renda e contribuição social decorre, principalmente, da mudança do regime de tributação da Companhia, que passou do lucro real para o lucro presumido, alterando a forma de apuração e reconhecimento desses tributos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contribuição social a recolher	10.741	687
IRPJ a recolher	4.410	167
	<u>15.151</u>	<u>854</u>



16 Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	5.823	4.368
INSS – Empregados	3.091	1.281
FGTS	653	562
Participação nos lucros	10.008	11.237
Provisão de férias e encargos	11.729	9.982
Outras	1.036	422
	32.340	27.852

17 Adiantamento Clientes

	2025	2024
Adiantamentos de clientes	32.629	29.751
Adiantamentos de clientes publicidade	1.583	3.597
	34.212	33.348

Adiantamento de clientes

O saldo de R\$ 32.629 refere-se a venda de ingressos ainda não utilizados pelos clientes, os quais serão apropriados ao resultado quando os passaportes tenham sido utilizados no parque.

Adiantamentos de clientes publicidade

A Companhia possui contratos de parceria comercial que são apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência.

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025 somam o montante de R\$ 1.583 os quais serão apropriados ao longo de 2026 com seu término em 2027.

18 Royalties a Pagar

	2025	2024
Dream Works	7.589	14.332
Hasbro	4.904	6.660
Romero Britto	364	672
Mattel Europe BV	813	1.839
Paramount	6.770	8.705
Galinha Pintadinha	1.892	-
Aeroporto	11.594	-
Obrigações diversas	2.526	1.438
	36.452	33.646
Circulante	10.955	10.818
Não circulante	25.497	22.829

19 Partes relacionadas

(a) Transação com acionistas

A Companhia possui contratos de mútuo tomados juntos aos acionistas no montante de R\$ 16.000 (R\$ 32.000, em 31 de dezembro de 2024), os quais preveem taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões cíveis e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Com base na opinião de seus advogados, a administração da Companhia mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nessas ações. Em 31 de dezembro de 2025 os assessores jurídicos não estimam uma provável saída de recursos da Companhia.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.737 (R\$ 3.038 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a contingências de natureza civil e trabalhistas, que foram classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível ou remota.

Contingências possíveis

As contingências judiciais classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são tratados como passivos contingentes, não sendo constituído provisão contábil, uma vez que não é provável que uma saída de recursos quem incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de contingências possíveis foi R\$ 10.991.

As contingências judiciais classificadas como perdas prováveis são reconhecidas contabilmente por meio da constituição de provisão, uma vez que existe expectativa de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações. O valor da provisão é estimado com base nas avaliações dos assessores jurídicos e nas melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado a título de provisão para contingências prováveis foi de R\$ 1.740.

21 Passivo fiscal diferido

	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	2025	2024
Custo atribuído imobilizado	70.546	17.636	6.349	23.985	24.672
Vida útil imobilizado	49.592	12.398	4.463	16.861	13.830
				40.846	38.502

Tributos diferidos passivos

Em 2010, a Companhia efetuou a revisão da vida útil de seus ativos, terrenos, benfeitorias em terrenos, prédios e benfeitorias, máquinas e equipamentos, brinquedos e outros bens, e atribuiu novo valor de custo.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por empresa especializada em tal atividade, que emitiu laudo de avaliação.

Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as rubricas de terrenos, benfeitorias em terrenos, prédios e benfeitorias, máquinas e equipamentos, brinquedos e outros bens para fins de adoção desse custo.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 507.142 em 2025 (R\$ 71.770 em 2024), representado por 507.142.655 ações nominativas de valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), compostas por 168.880.885 ações ordinárias e 338.261.770 ações preferenciais.

Durante o exercício de 2025, a Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$ 435.373. Do aumento total, R\$ 286.172 foi integralizado através de dividendos a pagar de exercícios anteriores, enquanto R\$ 149.200 foi integralizado através de reserva de lucros de 2024.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

Conforme disposição do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia tem constituído reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social realizado. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 22.564, conforme permitido por lei (R\$ 14.354 em 31 de dezembro de 2024).

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, aos acionistas é assegurado o direito de recebimento de dividendos obrigatórios equivalentes a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício após as destinações para reserva legal.

Memória de cálculo dividendos

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	164.196	208.334
Reserva legal (5%)	(8.210)	-
Base de cálculo dos dividendos	155.986	208.334
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	38.997	52.084
Dividendo adicional proposto	126.501	-

Movimentações de dividendos a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos iniciais	335.412	333.172
Reversão para integralização de capital	(159.670)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	38.997	52.084
(-) Pagamento dividendos	(49.240)	(47.000)
(-) Pagamento parcial de dividendos (Espólio)	(2.526)	(2.843)
Saldos finais	162.973	335.412

23 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais auferidas pela Companhia estão apresentadas abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas de ingressos	427.147	408.371
Vendas de mercadorias	205.388	148.771
Serviços prestados	29.080	22.357
Vendas publicidade	2.433	2.418
	664.048	581.917
Impostos sobre vendas	(61.077)	(34.707)
	602.971	547.210

24 Custo e despesas por natureza e função

a) Natureza

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Com pessoal	150.723	119.336
Com manutenção e conservação	27.209	24.313
Com animais	1.175	1.357
Gerais	33.103	29.556
Utilidade e serviços	6.004	5.748
Serviços profissionais	20.227	18.797
Propaganda e publicidade	38.208	34.577
Custo sobre Mercadorias e Serviços	74.187	54.316
Depreciação e amortização	31.276	27.066
	382.112	315.066

b) Função

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	226.266	183.319
Despesas Comerciais	76.143	65.558
Despesas Administrativas	79.704	66.189
	382.112	315.066

25 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	15.004	9.702
Descontos obtidos	2	13
Juros sobre vendas	13	13
Variação cambial ativa	6.446	3.346
Juros Ativos	29	-
Juros Recuperação Tributos	7	174
Receita NoShow	357	-



	21.858	13.248
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(393)	(435)
Juros sobre empréstimos	(3.789)	(3.184)
Juros sobre impostos	(578)	(761)
Outros juros passivos	(1.398)	(1.032)
Variação cambial passiva	(2.771)	(11.519)
Comissão operadoras cartão de crédito	(10.756)	(9.220)
Outras Despesa Financeira	(83)	-
	(19.768)	(26.151)
Resultado financeiro líquido	2.090	(12.903)

26 Imposto de renda e contribuição social correntes

LUCRO PRESUMIDO	2025	LUCRO REAL	2024
Receita com prestação de serviços	314.115	Lucro do exercício antes dos impostos	-
Percentual de presunção	32%	Total de adições	-
Base presumida – serviços	100.517	Total de exclusões	-
			203.244
Receita com venda de produtos	154.052	Base antes da compensação com prejuízos fiscais	10.829
Percentual de presunção	8%	Base de cálculo do imposto de renda	10.829
Base presumida – produtos	12.324	Alíquota	15%
Receita financeira e outras receitas	22.933	Imposto de renda corrente	1.624
Base total do IRPJ	135.774	Adicional 10%	1.083
IRPJ – 15%	20.366	Doações à incentivos Fiscais	-
Adicional IRPJ – 10%	13.553	Imposto de renda corrente	2.707
Total IRPJ corrente	33.919	Base de cálculo da contribuição social	10.829
IRRF a recolher	33.919	Alíquota	9%
		Contribuição social corrente	975
Receita com prestação de serviços	314.115		
Percentual de presunção	32%		
Base presumida – serviços	100.517		
Receita com venda de produtos	154.052		
Percentual de presunção	12%		
Base presumida – produtos	18.486		
Receita financeira e outras receitas	22.933		
Base total do CSLL	141.936		
CSLL – 9%	12.774		
Total IRPJ corrente	12.774		
Total IRPJ e CSLL corrente	46.694	Total IRPJ e CSLL corrente	3.680
Total IRPJ e CSLL diferido	2.344	Total IRPJ e CSLL diferido	2.059

27 Cobertura de seguros

Os valores são contratados em bases técnicas para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Seguradora	Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Sompo Seguros	D&O Diretores, Conselheiros e Administradores.	RC. Administradores	10.000.000,00	14/11/2025 a 14/11/2026
Bradesco Auto Seguros	Cobertura básica equipamento, danos elétricos, responsabilidade civil.	Guincho Munk G-Vetec	233.067,00	11/03/2025 a 11/03/2026
CHUBB	Condições Especiais para o Seguro de Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos; Queda de Raio; Explosão de Qualquer Natureza e Implosão. Condições Especiais para o Seguro de Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Queda de Aeronaves ou Quaisquer outros Engenhos Aéreos ou Espaciais, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça.	Parque Beto Carrero World	119.300.000,00	25/07/2025 a 25/07/2026
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A	Cobertura de casco (danos à aeronave) e responsabilidade civil (RETA) para danos a passageiros, bagagem, tripulantes, cargas despachadas, danos causados a terceiros, danos aeronaves abalroadas.	Helicóptero Agusta A109E PP-HVN 11768 2009	1.620.123,00	28/07/2025 a 28/07/2026
HDI Seguros S.A.	Casco, Carroceria, RCF-V Danos Materiais, RCF-V Danos Corporais, APP Morte, APP Invalidez Permanente, Assistência 24hrs com guincho, Taxi.	Frota de veículos	100% FIPE	23/06/2025 a 23/06/2026
KOVR	Seguro de responsabilidade civil das empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros municipal e intermunicipal.	Passageiros Mercedes Benz Sprinter	2.000.000,00	10/10/2025 a 10/10/2026
Porto Seguros	Reposição Garantida 100%, Danos Materiais, Danos Corporais, Danos Morais.	Honda Bros 160 2017 Preta QIM-1429, Honda CG Start 160 2020 RDT-2D86, Yamaha XTZ Crosser 150 Z Flex	100% FIPE	26/10/2025 a 26/10/2026

J.B. World Entretenimentos S.A.Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Sompo Seguros	Operações de Parques de Diversões, Zoológicos, Circos e Similares, Danos Morais, Reclamações Decorrentes do Fornecimento de Comestíveis e/ou Bebidas nos Locais de Risco, Despesas de Defesa em Juízo Civil, Prejuízos Financeiros e/ou Perdas Financeiras, Circulação de Equipamentos nas Vias Públicas Adjacentes, Poluição, Contaminação e/ou Vazamento, Súbitos, Inesperados e não Intencionais, Responsabilidade Civil do Empregador, Danos Morais - Circulação de Equipamentos, Danos Morais - Poluição Súbita de Empregador, Danos Morais - Empregador, Falhas de Profissional da Área Médica.	Beto Carrero World (Hot Wheels Epic Show, Portal da Escuridão, Monga; Snake show, Acqua Show, O Sonho do Cowboy, Madagascar Circus Show e Blum, Lojistas e Terceiros), Guarda De Veículos De Terceiros	10.000.000,00	30/11/2025 a 30/11/2026
Yelum Seguradora	Incêndio (Inclusive Decorrente de Tumultos, Greves e Lockout), Raio, Explosão, Implosão e Fumaça. Responsabilidade Civil Operações.	Quiosques em Aeroportos ou Shopping Center.	400.000,00	14/11/2025 a 15/11/2026

28 Eventos subsequentes

Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

Estabelecido pela Lei n.º 14.148/2021 em maio de 2021, foi uma resposta crucial para enfrentar os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 ao setor de eventos. O PERSE foi concebido com o propósito de promover a regularização fiscal de empresas do setor, permitindo a retomada da atividade produtiva.

Entretanto, em dezembro de 2023, a Medida Provisória nº 1.202 trouxe importantes mudanças ao revogar os benefícios fiscais previstos na Lei nº 14.148/2021. Isso inclui a eliminação das alíquotas zeradas dos tributos como a Contribuição para o PIS/Pasep, a COFINS, a CSLL e o IRPJ para as empresas do setor de eventos listadas na legislação.

Em maio de 2024 por meio da Lei nº 14.859/2024, foi estabelecido um limite monetário global de R\$ 15 bilhões para fruição dos benefícios pelos contribuintes. Com o atingimento do limite, todos os benefícios do PERSE foram extintos a partir do mês de abril de 2025, sendo retomada a tributação integral para todos os contribuintes do setor de eventos beneficiados pelo programa.

É importante ressaltar que a revogação dos benefícios do PERSE não afeta apenas as empresas do setor de eventos, mas também tem repercussões na economia como um todo. Este cenário reforça a necessidade de adaptação e planejamento por parte da empresa.

Projeto de Expansão

Após o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia aprovou as diretrizes para um plano de expansão de suas operações, envolvendo investimentos estimados de aproximadamente R\$ 2 bilhões, a serem realizados de forma faseada ao longo dos próximos anos.

O plano em avaliação contempla, entre outros aspectos, a introdução de novas atrações, o desenvolvimento de novas áreas temáticas e a implementação de empreendimentos hoteleiros integrados ao parque.

Até a presente data, os projetos encontram-se em diferentes estágios de maturidade, podendo sofrer alterações relevantes quanto ao escopo, cronograma de execução e montantes de investimento, em função de fatores operacionais, econômicos e de mercado.

Nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes, a Administração avaliou que tais eventos caracterizam-se como eventos subsequentes não ajustáveis, tendo em vista que não decorrem de condições existentes na data-base das demonstrações financeiras.

Dessa forma, não houve reconhecimento de quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. A divulgação acima é realizada com o objetivo de prover transparência quanto a eventos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício.

Tributação do Lucro Presumido

A lei Complementar 224/2025, estabeleceu novas mudanças no cálculo do Lucro Presumido para 2026, ela alterou as regras do regime tornando-o mais caro para empresas com receita bruta anual superior a R\$ 5 milhões. Essa nova regra aumenta em 10% a base de cálculo (percentuais de presunção) do IRPJ e da CSLL.